



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17853 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

DIVERSIDADES E A CURRICULARIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS

Rafael Santiago de Souza - UFBA - Universidade Federal da Bahia

1. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O trabalho vislumbra uma (re)leitura crítica sobre as primeiras concepções curriculares da Educação Física (EF) brasileira, os percursos de legitimação como área de conhecimento e as ressignificações necessárias para garantir uma formação inicial que tenha como princípio o reconhecimento e a valorização das diversidades. Buscamos refletir sobre como a história dessa área de conhecimento vem sendo construída pelo viés biologicista da naturalização corporal e as possibilidades de enfrentamentos dessas hegemonias político-ideológicas, através de estudos sobre corpos e diversidades de identidades nos currículos.

A presente escrita parte das primeiras reflexões propostas no projeto de tese em curso. E, justifica-se pela efervescência contemporânea das pautas que giram em torno da garantia dos direitos humanos, do combate a LGBTfobia e outras formas de opressões, tomando o currículo como um espaço-tempo permeado de implicações que necessitam de críticas e ressignificações para garantir uma formação inicial que reflita sobre a vida dos/as sujeitos/as e suas diversas identidades.

Metodologicamente, o estudo situa a história da EF com ênfase nas teorizações curriculares tradicionais e críticas, e, se atualiza numa reflexão pós-crítica (Azevedo, 2016) sobre os embates contemporâneos da curricularização das práticas corporais (Filho et al, 2010), visando desestabilizar as noções hegemônicas construídas em torno da identidade de gênero binária e da sexualidade cis heteronormativa. Trata-se de uma abordagem qualitativa realizada através dos estudos queertópicos (Assis, 2021). E, oportunizando outras lentes teóricas-metodológicas para refletir sobre os aspectos epistemológicos, a interseccionalidade atravessará todo o processo investigativo enquanto estratégia

analítica (Colling; Bilge, 2021), delineando outras possibilidades de compreensões.

Assim, o trabalho segue enfatizando três momentos: a importação dos métodos ginásticos europeus na constituição dos primeiros cursos, a legitimação hegemônica da área através dos currículos tradicionais e a crise de identidade. Depois a ressignificação epistemológica que reivindica perspectivas contra hegemônicas para a formação de professores/as na contemporaneidade. E, em seguida, apontamos caminhos possíveis para pensar uma reestruturação curricular emancipatória.

2. PERCURSOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Com vistas a delinear uma breve apresentação do percurso histórico das formulações curriculares no Brasil, utilizamos os estudos de Azevedo (2013 e 2016), que separa as concepções em tradicionais, críticas e pós-críticas, e, define os recortes dessas concepções localizando-as na história da EF brasileira. Com esse apanhando teórico buscamos delinear questões que retratam determinadas formas de pensar o currículo, a partir das diversas perspectivas político-ideológicas que vem sendo produzidas desde a importação dos métodos ginásticos no século XIX até a contemporaneidade. “[...] E no conhecimento dessas questões busca-se melhor definir e revelar o significado de currículo” (Azevedo, 2016, p.21).

Sendo assim, organizamos algumas características que definem essas tendências nos currículos. E, ao mesmo tempo que apontamos críticas às concepções conservadoras da naturalização de corpos generificados na binaridade e na cis heteronormatividade, também apontamos caminhos/brechas para pensar uma formação que reconheça e valorize as diversidades, uma demanda carregada de resistências históricas e que requer sensibilidade para as (re)formulação contemporâneas.

2.1. Da importação à crise de identidade

Em se tratando da história da EF no Brasil no que toca os debates sobre concepções de currículos na formação inicial, Azevedo (2013) considera um trânsito entre terrenos minados por processos ideopolíticos. A autora usa a metáfora “não entrar em bola dividida”, para chamar a nossa atenção sobre as estratégias hegemônicas de legitimação de um currículo tradicional/conservador, balizado por concepções biologicistas e naturalizantes.

Em meados do século XIX, em consonância com o processo de colonização em curso no Brasil tomando outros rumos, os métodos ginásticos idealizados pelas escolas europeias são importados com o objetivo de garantir o desenvolvimento de uma nova/outra sociedade. Tendo como parâmetros políticos-ideológicos as concepções eugenistas e higienistas de embranquecimento e/ou

melhoramento da raça/etnia através da miscigenação, a ginástica é utilizada e disseminada enquanto uma prática corporal (orientada pelo viés biologicista e medicalizado do treinamento físico), para (re)educar corpos, disciplinar as subjetividades, moldar as relações socioculturais desse novo modelo de sociedade e conseqüentemente contribuir com essa outra identidade nacional e com a preparação para a defesa da pátria. Esse novo/outro projeto de nação se desdobra nos processos de urbanização e industrialização e é considerado como a fundação da EF brasileira (Souza, 2022).

Alicerçados pela aliança entre militares e médicos para atender uma demanda de governo, os primeiros cursos foram sistematizados. Naquele momento de efervescência política-ideológica que vislumbrava o desenvolvimento da civilização, um sentimento de pertencimento de nação e o fortalecimento de uma economia neoliberal, a EF foi vista como um segmento sociocultural importantíssimo para garantir a concretização desses objetivos, reunindo os propósitos destes três segmentos.

Com o desenvolvimento da área tomando outras direções no início do século XX, Azevedo (2013 e 2016) aponta que nos primeiros momentos de embates sobre a reestruturação curricular, a ausência de distinção entre Formação Ampliada e Licenciatura Ampliada desencadeou nos problemas que enfrentamos atualmente sobre a divisão dos cursos em Licenciatura e Bacharelado, assim como o rebaixamento da formação que com o passar dos anos foi perdendo ainda mais seu viés progressista e de justiça social.

A crítica de Azevedo (2013), enfatiza que os dois vieses de formação passaram “[...] longe de ter ficado próxima do conceito de Formação Ampliada” (p. 11). É partindo desse conceito de Formação Ampliada que propomos debater os currículos contemporâneos, pois acreditamos na contraposição de concepções que seguem excluído as diferenças, que não garantem a participação de todos os corpos de maneira igualitária e que por consequência continua negando as diversidades por meio da curricularização das práticas corporais generificadas por binarismos e pela a cis heteronormatividade.

De encontro a essas heranças históricas que colocam o desenvolvimento da EF num lugar de legitimação do conservadorismo neoliberal, por via dos currículos tradicionais, da negação de uma formação unificada, ampliada, crítica, plena e emancipatória, em detrimento da separação em licenciatura e bacharelado, surgem as teorias críticas do currículo. Uma compreensão à luz das perspectivas históricas e sociológicas, uma corrente que passa a se desenvolver a partir do advento das liberdades sexuais (e outras), um período em que as instituições educacionais (tradicionais, opressivas, castradoras, violentas etc.) tornam-se alvos de profundas críticas (Azevedo, 2016).

A partir desses breves registros que direcionam as nossas reflexões em torno da EF brasileira e das concepções curriculares que vem sendo disputadas historicamente, corroboramos com Azevedo (2013, p.21) em dizer que “[...] o currículo de um curso corresponde a esses conhecimentos que, produzidos em uma sociedade, reflete sua cultura e as relações com o contexto político-econômico vigente”.

Aqui deixamos registrado o significado de currículo que defendemos em termos de concepção e princípios. Ou seja, é necessário que a formação de professores/as empreenda as compreensões de que toda e qualquer prática corporal é atravessada por questões históricas e socioculturais, e, que conseqüentemente estão carregadas de questões políticas-ideológicas que dizem respeito à sociedade de modo geral, que estão imbricadas em relações de poder e que precisam ser estudadas através de reflexões críticas e não apenas na (re)produção técnica de movimentos, estéticas corporais padronizadas e mais especificamente na manutenção conservadora das normatividades de gênero e sexualidade.

2.2. Mudando a rota da curricularização das práticas corporais

Para pensarmos sobre uma nova/outra concepção de currículo que agregue as diversidades de corpos e identidades, é necessário reconhecer que essa é uma reivindicação histórica dos sujeitos subalternizados e marginalizados que resistiram aos processos de opressões/violências sob seus corpos; E, essas lutas vem ganhando ainda mais visibilidade na contemporaneidade, por conta dos avanços significativos nas legislações sobre direitos humanos, combate à LGBTfobia, racismo e intolerância religiosa, direitos reprodutivos etc.

Ou seja, para pensar um currículo na formação inicial de EF que reconheça, agregue e valorize as diversidades, é importante ressignificar nossos conceitos sobre corpos, práticas corporais e os significados socioculturais. É importante inverter o jogo de saber-poder que construiu as hegemonias biologicistas e naturalizantes dos currículos tradicionais/conservadores, para uma valorização da cultura popular com viés crítico e emancipatório.

Neste sentido, o primeiro e principal fenômeno deste estudo perpassa pelo jogo de poder discursivo que recai sobre as concepções de corpo e sujeito ao longo dos tempos. Compreender o funcionamento dos corpos enquanto dispositivos de experimentações subjetivas no seio das relações socioculturais coletivas requer reflexões rebuscadas, visto que para Preciado (2019) o corpo-sujeito é um *somatheque*, ou seja, é um artefato, um arquivo político-ideológico vivo que resulta do somatório rizomático das tecnologias sociais, culturais e históricas.

Partimos da noção que corpo é demarcação de territorialidade objetiva e

subjetiva, é singular envolvido no plural, é particular e ao mesmo tempo público, é a individualidade inserida no coletivo. Os corpos funcionam como espaços de produções e reproduções da biopolítica delineada por Foucault (1979), é o lugar/meio onde as categorias das estruturas opressoras operam o biopoder, mas é também através deste dispositivo/artefato que a resistência e (re)existência se materializam como práticas sociais de contestação e desobediência a toda e qualquer normatividade imposta. Os corpos carregam marcas e elas constituem as identidades.

Adotamos como princípio teórico-metodológico e estratégia analítica a interseccionalidade dos marcadores socioculturais e históricos (Colling; Bilge, 2021) que refletem as opressões do Sistema (Vergueiro, 2015), pois são aspectos fundamentais para analisar como a sociedade é composta e se desenvolve de acordo com suas bases estruturantes. Por isso, a análise interseccional das categorias de gênero-sexualidade-raça/etnia-classe é o ponto de partida para esta pesquisa e ao mesmo tempo os territórios que buscamos disputar visando uma proposição criticamente queer, emancipadora e omnilateral para os currículos de formação de professores/as (Louro, 2008).

O processo de constituição do Sistema biopolítico da diferença sexual, que deliberou a construção de uma sociedade cis heteronormativa binária de vigilância e controle, direcionou a constituição das práticas corporais através da segregação em “coisas de meninos e coisa de meninas”. O que isso significa? Que o gênero e a sexualidade sendo moldados e engendrados por um padrão das relações socioculturais naturalizadas pela ideia de sexo biológico, tornou-se categorias estruturantes do desenvolvimento das categorias masculinas e femininas, e, conseqüentemente os estigmas foram sendo legitimados perante os elementos da Cultura Corporal.

Pensando em desconstruções dos enraizamentos biologizantes que segregam corpos pelos binarismos, que negam a existência das diversas identidades e marginaliza práticas dissidentes, a EF precisa rever suas bases ontológicas e epistemológicas. E, analisar como a noção de normal e natural versus anormal, desviante, pervertido e/ou doente vem amparando o conservadorismo da “ideologia de gênero”, enaltecendo a naturalização da existência apenas do homem e da mulher cis heteronormativo/a (considerados/as seres humanos) e tratando como abjetas outras identidades, desumanizando-as.

Com a política queer minando o campo curricular da EF, propomos uma rearticulação, ou melhor, uma reformulação dos discursos sobre as tecnologias da produção do sexo-gênero-sexualidade, assim como as questões de raça/etnia e classe social em suas interseccionalidades opressoras e de marginalizações. Propomos um enfrentamento perante a heterossexualidade compulsória, que, ao

mesmo tempo, afirma-se como normalidade e define o que é desviante, a partir da ideia do que é natural e não-natural, humano e não-humano. Propomos desmembrar a incógnita que existe entre natureza-sociedade, entre biologia-cultura e suas influências sob curricularização das práticas corporais.

Portanto, para tensionar as bases estruturantes que fundamentam a formação de professores/as, Arroyo (2023) apresenta-nos que o currículo deve ser tratado como um território em disputa, pois as perguntas sobre: Quem somos? Quem almejamos ser? Quem são e de onde vem nossos estudantes? Quais seus desejos e objetivos? Tudo isso está relacionado com uma disputa de identidades. Diante disto, reconhecer as fronteiras e os desafios das produções de conhecimentos é fundamental para a (re)politização da sociedade, que possui particularidades no engendramento interseccional das categorias de gênero-sexualidade-raça/etnia-classe.

A configuração política-ideológica que legitima o poder sobre a construção dos currículos encontra-se sempre em disputa, ignorá-la ou resistir a ela é ingenuidade. Pois, “[...] estamos ainda em uma contenda por interpelações e epistemologias capazes de entender as contradições do social e de fundamentar outros projetos de sociedade, de cidades, de campo, de um viver mais digno e mais humano” (Arroyo, 2023, p. 14). Neste sentido, as relações socioculturais de dominação, subordinação, apropriação, negação, reconhecimento, segregação e de demarcação dos conhecimentos e da diversidade é algo a ser enfrentado, no que toca à formação profissional.

Nesse emaranhado de disputas adotamos como princípio o caminho mais radical de superação do Sistema vigente, pois as condições de vida dos corpos dissidentes vão de encontro com as políticas de identidades que os currículos (não) agregam como legítimas. É nesta direção que propomos uma pesquisa onde os estudos queer adentrem o campo da formação, para disputar essas produções de conhecimentos que historicamente segue valorizando corpos binários cis heteronormativos e secundarizando a existência das pessoas LGBTQIAPN+, negras, indígenas, imigrantes e de classes menos favorecidas.

Problematizando definições empreendidas para fundamentar o estudo, Silva (2010) nos chama a atenção para o significado de teoria curricular, ele define como discurso e/ou texto político, como um artefato multifacetado. Ou seja, o currículo é um grande tapete atravessado pela carga cultural que os sujeitos envolvidos trazem para os ambientes de escolarização e funciona com um “programa ao vivo” que engendra valores através da disseminação dos conteúdos. Orientado por disputas político-pedagógicas, o currículo é alicerçado pelos saberes produzidos nos grupos que disputam o poder, o currículo é um documento de identidade, um território a ser conquistado, faz parte do jogo das ideias e projetos de sociedade.

A partir do que vem sendo contextualizado, compreendemos que é necessário um investimento em políticas curriculares no sentido da produção dos corpos em diversidades, possibilitando a emancipação de sujeitos por meio da contestação democrática e da (des)identificação, tornando possível pensar em pessoas LGBTQIAPN+ nas variadas práticas corporais. Daí pensar sobre as práticas hegemônicas no que diz respeito à estrutura do currículo visto como universal (tradicional e conservador), a partir da materialização dos produtos da consciência acumulados pela área, introduzindo uma política queer interseccional que desconstrua tais incongruências históricas.

3. SÍNTESES POSSÍVEIS

“[...] Se os jogadores mudam, se os campos/tabuleiros/cenários mudam, então, as condições do jogo também mudam” (Leiro, Santos e Reis, 2023, p. 22), ou seja, inter cruzar os estudos queertópicos com a estratégia analítica da interseccionalidade, possibilitará que a complexidade das relações de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe social sejam refletidos nos currículos de formação de professores/as na EF de forma mais aprofundada.

Acreditamos que os currículos devem tomar um projeto de sociedade que pretendemos construir como referência, ao lado de um projeto pedagógico coerente com a perspectiva adotada. Precisam dar conta de uma formação cidadã, tendo como fundamento básico a igualdade e equidade de condições, assumindo outras dinâmicas de mudanças nos modos de ser, perceber-se no mundo e de interpretar fenômenos que aparecem dos problemas e das descobertas. Uma nova matriz teórica sobre seres humanos em movimento que transcendam os reducionismos, atravessando toda estrutura sociocultural da curricularização das práticas corporais.

Portanto, cabe a formação inicial questionar os ranços históricos que seguem imbricados nas sociedades contemporâneas, possibilitando a desconstrução dos mitos civilizatórios que negam a diversidade cultural e impõem padrões. É preciso oferecer aos estudantes artifícios de crítica e munições (des)normativas, para ao invés de continuar naturalizando o binarismo de gênero que segue dividindo as práticas corporais em coisas “de meninos e de meninas”, questioná-lo, delineando outras possibilidades identitárias.

Assim, com a crítica queertópica recaindo nos currículos, pretendemos contribuir com as lutas pela materialização do direito à existência plena enquanto sujeito social. Possibilitar que estudantes, professores/as, pesquisadores/as, atletas etc. possam refletir sobre transgressões, fluidez e dissidências e/ou viver outras masculinidades e feminilidades, outras corporalidades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

ASSIS, Fabiana Gomes. *Queertopias – Corporalidades sonhadas em narrativas contemporâneas*. Movências da Utopia v.3. Maceió: EDUFAL, 2021.

AZAVEDO, Ângela Celeste Barreto. *História da Educação Física no Brasil: Currículo e Formação Superior*. Campo Grande, MS: UFSM, 2013.

AZAVEDO, Ângela Celeste Barreto. *Fundamentos da teoria curricular para (re)formulação de Projetos Pedagógicos em Educação Física*. Campo Grande, MS: UFSM, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

FILHO, Ari Lazzarotti; SILVA, Ana Márcia; ANTUNES, Priscila de Cesaro; SILVA, Ana Paula Salles; LEITE, Jaciara Oliveira. *O termo práticas corporais na literatura brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física*. Movimento vol. 16 .1, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEIRO, Augusto Cesar Rios; REIS, Daniela Santana dos Santos; SANTOS, Adriana Pinheiro. *Pesquisa contrastiva pela lente da dialética*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 61, n. 69, p. 1-26, e-32310, jul./set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRECIADO, Paul Beatriz. *O monstro que voz fala*. Tradução em curso: Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (mestrado) UFBA,